

**RESENHA:**

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

## O autoritarismo nosso de cada dia

REGINA CÉLIA DAEFIOL\*

*Sobre o autoritarismo brasileiro*, da historiadora e doutora em Antropologia Social Lilia Moritz Schwarcz, é uma obra indispensável para quem quer entender o Brasil e a onda conservadora e autoritária em que atualmente navega o país. Ao abordar aspectos que caracterizam a sociedade e a cultura política brasileiras, a autora elenca vários momentos da história em que a veia autoritária se impôs de maneira marcante e assumiu o protagonismo não somente na política, mas nas ações cotidianas do brasileiro.

Schwarcz toca na ferida ao desmistificar a ideia de que os brasileiros são um povo pacífico e acolhedor. Tal visão vai sendo desconstruída pela autora ao longo da obra com a abordagem de aspectos traumáticos da nossa história, relegados ao campo da negação ou do esquecimento, como a escravidão e o racismo, o mandonismo e o patrimonialismo, a desigualdade de gênero e a violência, a desigualdade social e a corrupção. Resgatando a ideia formulada por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, de que o brasileiro sempre entendeu o público como extensão do privado, a autora vai demonstrando que, ao longo da história, esse comportamento contribuiu para consolidar práticas autoritárias.

Um exemplo é o poder político exercido, desde tempos imemoriais, por certas famílias tradicionais – geralmente formadas em torno de um grande



proprietário de terras - em vários estados da federação e que atuam como se agindo estivessem no campo do privado, contemplando interesses próprios e conduzindo o jogo político a seu favor ou de seus protegidos. Mistura de autoritarismo com patrimonialismo, grandes males que historicamente permeiam a política e o poder no Brasil. A matriz patrimonialista é longa e possibilitou a formação dos pequenos e grandes poderes, como demonstra a historiadora, analisando a composição do Congresso Nacional, que nas últimas eleições registrou aumento na “bancada de parentes”.

O autoritarismo manifesta-se cotidianamente também no preconceito racial, fruto de uma sociedade que viveu sob o regime escravocrata durante mais de 300 anos, e na recusa de olhar para as consequências sociais de tanto tempo de subjugação de homens e mulheres, transformados em objetos de propriedade de outros homens e mulheres. Como coloca a autora, tal sistema “só poderia

originar uma sociedade violenta e consolidar uma desigualdade estrutural no país” (2019, p. 29).

Quando a sociedade questiona ações afirmativas que objetivam amenizar essa característica estrutural perversa, como as cotas raciais nas universidades, por exemplo, garante a permanência, no presente, do autoritarismo do passado, que naturalizava essa relação de desigualdade e de subjugação entre seres humanos. Garante que a população negra permaneça apartada “das políticas e das benesses do Estado” (2019, p. 31), reforçando a desigualdade estrutural gerada por um passado em que o regime escravocrata foi abolido sem que suas vítimas recebessem qualquer tipo de reparação ou amparo estatal. A autora ressalta que, se o racismo deixou de ser tratado como “teoria científica” já há muito tempo, por outro lado, continua presente enquanto “ideologia social”, seja na convivência, seja no silenciamento ou nas atitudes racistas do cotidiano.

Schwarcz faz uma conexão entre a flexibilização de conceitos como ética e moral, operada para a manutenção do sistema escravocrata no Brasil, e a prática da corrupção, classificada por ela como “segundo principal adversário” da República, depois do patrimonialismo. Ela vai buscar a raiz desse mal na história da colonização, destacando que “estratagemas usados pelas elites coloniais lembram, de forma direta ou mais distante, as várias práticas ilícitas perpetradas por alguns de nossos governantes atuais” (2019, p. 90).

A atuação das autoridades locais do Brasil Colônia na prática do enriquecimento ilícito é destacada na obra como uma das raízes do patrimonialismo que atravessou séculos e permanece no presente. Por estarem distantes das vistas da metrópole portuguesa, abusavam de seu poder em favor próprio, sem punição. Schwarcz cita

Men de Sá, governador-geral do Brasil entre 1558 e 1572, que, de acordo com ela, cobrava dos traficantes de escravos vindos da África em direção ao rio da Prata, que precisavam aportar no Rio de Janeiro para abastecer seus navios, uma porcentagem de sua “carga”.

A impunidade, que se dava principalmente em função da distância entre a colônia e a administração lusitana, era o estímulo para a prática da corrupção. A partir dessa ideia, a autora descobriu outra ideia de senso-comum: a colonização portuguesa, em si, não pode ser apontada como a causa da corrupção. De acordo com ela, o sistema colonial é que propiciava a prática, observada também em sociedades colonizadas por países como Inglaterra, França e Holanda em sistema de “exclusiva exploração de seus domínios” (2019, p. 95), como ocorreu no Brasil.

Outra marca negativa da índole do brasileiro apontada por Lilia Schwarcz e que permeia a história do país é a intolerância. A fama de um país avesso a conflitos, pacífico e tolerante cai por terra quando confrontada com a realidade, seja durante uma batida da polícia cujos alvos preferenciais costumam ser negros, ou numa briga no trânsito em que se mata por nada e também num “censo étnico que revela a desigualdade estrutural que persiste por aqui” (2019, p. 207.)

Também para a mazela da intolerância a autora busca as matrizes na história colonial brasileira, um processo violento pelo caráter de “missão” de dominar, catequizar e civilizar impresso na mentalidade lusitana que permeou toda a trajetória das grandes navegações e da tomada de terras como propriedade a ser explorada pela coroa portuguesa. Um processo que se caracterizou pela aniquilação de povos nativos, em ações contínuas de subjugação e de desqualificação de suas culturas diante da

necessária “civilização” nos moldes europeus. E que redundou, no Brasil, numa sociedade que não só admitiu como se beneficiou do sistema escravagista durante mais de três séculos.

A construção, ao longo da história, da ideia polarizada de que o “diferente de mim” não pode ser tolerado e deve ser combatido recai como herança sobre o presente, com

a negação da violência e da intolerância com o “outro”, aquele que é diverso, a partir de um “verniz” que justifica a dominação, e até a elogia, ao mesmo tempo que encobre e minimiza. Talvez por isso durante tanto tempo existiu quem definisse a escravidão no Brasil como a “melhor”, quando não é possível conceber um sistema como esse de maneira positiva ou “mais positiva”; o racismo por aqui vigente como “menos perverso”, mesmo diante de índices que revelam o oposto; a convivência de gêneros como “idílica”, a despeito da violência que a acompanha; a relação com os indígenas enquanto “amistosa”, apesar de nossa história mostrar o contrário; e até nossa ditadura militar como uma “ditabranda”. (SCHWARCZ, 2019, p. 210)

Lilia Schwarcz encerra seu livro chamando a atenção para o fato de que à disciplina da História é sempre atribuída a capacidade de lembrar, mas poucos se atentam “para o quanto ela é capaz de ‘esquecer’ [...] e sua genuína potencialidade para reiterar e repetir.” (2019, p. 223). A leitura da obra nos leva

a concluir que, se o passado não pode ser modificado, também não pode ser relegado ao esquecimento ou à negação.

A escrita da História pode contribuir para reiterar mazelas estruturais ou pode servir para resgatar do esquecimento processos dolorosos e traumáticos que ajudam a compreender o presente e a tomar posição em busca de caminhos para a mudança de rumos. Para isso, deve possibilitar que se enxergue com clareza as raízes dos problemas que o Brasil enfrenta, para que possam ser tratados em seu caráter estrutural, o que exige muito mais do que soluções simples corporificadas em discursos vazios de líderes políticos messiânicos e autoritários.

#### Sobre a autora do livro

A historiadora Lilia Moritz Schwarcz é professora titular no Departamento de Antropologia da USP e visiting professor na Universidade Princeton. É autora de, entre outros livros, *O espetáculo das raças* (1993), *As barbas do imperador* (1998, prêmio Jabuti de livro do ano), *Brasil: uma biografia* (com Heloisa Murgel Starling, 2015) e *Lima Barreto: triste visionário* (2017, prêmios Jabuti de biografia, livro do ano da Anpocs, melhor biografia da Biblioteca Nacional e APCA 2018). É colunista do jornal Nexo e curadora adjunta para História do MASP.

Recebido em 2019-11-29

Publicado em 2019-12-18



\* REGINA CÉLIA DAEFIOL é mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM).